

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Atualizada em 02/12/2022

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
1.	Decreto Comitê Gestor da Rede Nacional de compras	x	-	-	x	x	DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021 Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2.	Decreto de bens de consumo comum e de luxo	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
3.	Portaria sobre Governança das contratações públicas	x	x	x	x	x	PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
4.	Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	PORTARIA DE PESSOAL Nº 9.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021 Designa os membros titulares do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. <i>(revogada pela Portaria ME nº 15.496, de 2021 – linha 12 desta tabela)</i>
5.	Instrução Normativa de Pesquisa de Preços	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
6.	Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
7.	Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta	x	-	-	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021 Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
8.	Instrução Normativa de designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta	x	-	-	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021 Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
9.	Alteração da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020	x	-	-	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA AUTOR/ME Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2021 Altera a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
10.	Decreto de adequação do CIPI	-	-	-	-	-	DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021 Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.
11.	Instrução Normativa sobre a participação de pessoa física nas contratações públicas	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021 Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
							Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
12.	Nova Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.
13.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021 Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.
14.	Decreto de procedimento especial para consultas públicas para regulamentação da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022 Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
15.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	PORTARIA ME Nº 538, DE 18 DE JANEIRO DE 2022 Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
16.	Decreto do plano de contratações anual e PGC	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022 Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
17.	Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras	x	x	x	x	x	PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022 Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
18.	Instrução Normativa sobre multa administrativa	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022 Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.
19.	Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022 Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
20.	Portaria normas complementares ao Decreto nº 13.193, de 2019	x	-	-	x	x	PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022 Estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
21.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
22.	Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
23.	Instrução Normativa de Ordem Cronológica de Pagamentos	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022 Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
							de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
24.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	PORTARIA ME Nº 12.663, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022 Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
25.	Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA CGNOR/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022 Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
26.	Decreto de contratação de Instituições Financeiras	x	-	-	x		Em andamento – validação final para fins de envio à GME. Processo SEI 18339.100278/2020-81
27.	Convênios e contratos de repasse (decreto)	x	x	x	x		Em andamento – enviado para Casa Civil da Presidência da República. Iniciativa está sob a alçada de competência do Departamento de Transferências da União desta Seges.
28.	Instrução Normativa sobre o critério de maior retorno econômico	x	x	x	x		Em andamento – validação final para fins de publicação. Processo SEI 19973.104067/2022-67
29.	Decreto sobre o Leilão Eletrônico	x	x	x	x		Em andamento – enviado para a Casa Civil da Presidência da República. Processos SEI 19973.101177/2022-77.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
30.	Decreto de cota para mulheres vítimas de violência doméstica	x	x	x	x		Em andamento – enviado para a Casa Civil da Presidência da República. Processo SEI 19973.108375/2022-61
31.	Instrução Normativa sobre Locação de imóveis	x	x	x	x		Em andamento - enviado para manifestação da PGFN. Processo SEI 19973.106030/2022-73
32.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	-		Em andamento enviado para manifestação da PGFN. Processo SEI 19973.109678/2021-11
33.	Licitações por técnica e preço	x	x	x			Em andamento – validação final para fins de envio à PGFN. Processo SEI 19973.109090/2022-48
34.	Decreto SRP	x	x	x			Em andamento – em consolidação das contribuições recebidas na consulta pública. Processo SEI 18339.100278/2020-81
35.	Portaria de limites de valor para despesas de pequenas compras processadas por suprimento de fundos	x					Em elaboração pela equipe técnica.
36.	Portaria do Cartão de Pagamento do Governo Federal	x					Em elaboração pela equipe técnica.
37.	Decreto de bens móveis inservíveis	x					Em elaboração pela equipe técnica.
38.	Caderno do Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) Custos indiretos	x					Em elaboração pela equipe técnica.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
39.	Caderno do Logística da Pesquisa de Preços	x					Em elaboração pela equipe técnica.
40.	Instrução Normativa de Serviços	x					Em elaboração pela equipe técnica.
41.	Instrução Normativa sobre o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico	x					Em elaboração pela equipe técnica.
42.	Credenciamento	x					Em elaboração pela equipe técnica.
43.	Custos indiretos	x					Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021. Observação: via Caderno PLS, conforme prevê o inciso II do art. 8º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021
44.	Gestão de bens móveis	x					Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador na Lei nº 14.133, de 2021.
45.	Pesquisa de preços (acesso a notas fiscais eletrônicas)						Regulamentação via Decreto – inciso V do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
46.	Pré-qualificação						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.
47.	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput do art. 81 da Lei nº 14.133, de 2021.
48.	Forma eletrônica de celebração de contratos e termos aditivos						Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021. Observação: contemplar o modelo de gestão de contrato (inciso XVIII do art. 92) e o relatório final de contrato (alínea 'd' do inciso VI do § 3º do art. 174). Este já atendido no Decreto nº 11.246, de 2022, e sua operacionalizado será via Manual Técnico operacional (art. 20).
49.	Recebimento provisório e definitivo						Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
							<p>Observação: regulamento ou contrato pode prever as regras e condições para a recebimentos provisório e definitivo.</p> <p>“Art. 140 (...)</p> <p>§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.”</p>
50.	Sanções						<p>Regulamentação via Decreto - parágrafo único do art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
Ato dependente de alteração legislativa							
51.	Registro cadastral Unificado						<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos considerando a empresa estrangeira - art. 52 e parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, com provável expedição de caderno procedimentalizando as atividades. • Habilitação por processo eletrônico de comunicação à distância - § 2º art. 65 e § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021. • Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações - §§ 4º e 5º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021 <p>Observação: Regulamentação dependente de alteração legislativa - PL 249/2022, em que teve atuação do Ministério da Economia, representado pela Secretaria de Gestão.</p> <p>https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2314510</p>
Atos não essenciais para a para garantir a eficácia da Lei nº 14.133, de 2021							
52.	Subcontratação						<p>Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Observação: regulamento ou edital pode prever as regras e condições para a subcontratação.</p> <p>“Art. 122 (...)</p>

Ato		Estágios de regulamentação				Observações	
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN		Publicado
							§ 2º <i>Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.</i> ”
53.	Procedimentos para verificação de ocorrência de motivos para extinção do contrato						<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Observação: não há exigência da expedição de regulamentação para que seja operacionalizada a Lei nº 14.133, de 2022. Tal regra será expedida caso haja necessidade de padronização, a qual será verificada após as regulamentações essenciais sobre a formalização e gestão dos contratos administrativos.</p> <p>“Art. 137 (...)</p> <p>§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.”</p>
54.	Remuneração variável						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021.
55.	Gestão contratual compartilhada com a sociedade						Regulamentação via Decreto - § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
56.	Diálogo competitivo						Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.
57.	Margens de preferência						<p>Regulamentação via Decreto (bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) – inciso II do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Regulamentação via Decreto (manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País) – § 2º do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
58.	Integração de portal privado com o PNCP						Regulamentação via Decreto (integração com PNCP com sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado) - § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021.

Competência conjunta com outros órgãos regulamentadores

Ato	Observações
1. Pesquisa de preços (obras e serviços de engenharia)	Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021. Em elaboração pela equipe técnica. Observação: Após a prontificação da primeira minuta, esta será encaminhada para avaliação do órgão regulamentador competente.
2. Cota para oriundos e egressos do sistema prisional	Ministério da Justiça Regulamentação via Decreto – inciso II do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Ações de equidade de gênero, como critério de desempate	Regulamentação via Decreto – inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. Gestão de riscos e controle preventivo	Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021.

Competência de outros órgãos regulamentadores

1. Contratações de repartições públicas no exterior	Competência Ministério das Relações Exteriores Regulamentação via Decreto - § 2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Contratações relativas à gestão de reservas internacionais	Competência Banco Central do Brasil Regulamentação via ato do Banco Central do Brasil - § 5º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Decreto BIM	Competência Ministério da Infraestrutura Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. Programa de integridade	Competência Tribunal de Contas da União e Controladora-Geral da União Art. 25, § 4º; Art. 60, III Regulamentação via Decreto (obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nas contratações de grande vulto – § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 Regulamentação via ato dos órgãos de controle (desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade em caso de empate) – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
5. Sanção	Competência dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública Regulamentação via Decreto - inciso II do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
6. Dispensa de licitação para produtos de P&D para obras e serviços de engenharia	Competência Ministério da Infraestrutura Art. 72, § 5º Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador, apenas regulamentação específica, no art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.	Gestão estratégica das contratações de <i>software</i>	Competência SGD (art. 43) <u>Regulamentação via Decreto</u> – § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.
----	--	---